



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638479 - SP (2021/0000950-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEONARDO NASCIMENTO DE PAULA - SP320176
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RENE FONSECA GONCALVES DIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENE FONSECA GONCALVES DIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1511172-59.2020.8.26.0228).

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 2 anos, 4 meses e 12 dias de reclusão e de 5 dias-multa em regime inicial fechado pela prática do crime de roubo majorado tentado (artigo 157, § 2º, inciso II, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal).

Alega a impetrante que o magistrado ao fixar o regime mais gravoso para início do cumprimento da pena privativa de liberdade não apresentou fundamento idôneo, não existindo assim motivo jurídico válido para a aplicação do regime fechado.

Aduz que apesar do paciente ser reincidente, o quantum da pena foi inferior a 4 anos e as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis, devendo a pena ser inicialmente cumprida já no regime semiaberto.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente aguarde o julgamento do mérito do presente habeas corpus em regime menos gravoso.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, diminuindo a pena imposta ao paciente e abrandando o regime inicial de cumprimento de pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente